

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 24 de abril de 2019 às 07h30*  
*Seleção de Notícias*

## UOL Notícias | BR

Direitos Autorais

Doze novos projetos de lei tentam mudar o Marco Civil da Internet .....	3
---	---

## Fator Brasil - Online | BR

Marco regulatório | INPI

Por que Startups devem se preocupar com propriedade intelectual? .....	5
--	---

## Migalhas | BR

ABPI

O CGEN é um dos conselhos extintos pelo novíssimo decreto 9.759 de 11 de abril de 2019? .....	6
---	---

## Doze novos projetos de lei tentam mudar o Marco Civil da Internet

Há 5 anos a Lei 12.965/2014, mais conhecida como o Marco Civil da **Internet**, vem servindo como bastião dos defensores da **Internet** como ambiente aberto e livre no Brasil. Por todo esse tempo, uma certeza sempre permeou os debates em torno da legislação: a de que o texto aprovado foi o possível, não o ideal. Desde então, muitos congressistas tentam aprovar projetos alterando e/ou aperfeiçoando a legislação. Nesse momento há 12 novos PLs, protocolados este ano, em tramitação na Câmara (PL 344, PL 1363, PL 1061, PL 1782, PL 1267, PL 346, PL 2205, PL 2185, PL 2418, PL 2184, PL 1585 e PL 1577) e outros dois, mais antigos, tramitando um na Câmara (PL 7170/2017) e outro no Senado (PLS 246/2018).

Entre os temas tratados estão a proteção de dados pessoais, o direito ao esquecimento, a retirada de conteúdo do ar sem a necessidade de ordem judicial e o acesso a registros de conexão e à identificação de internautas durante investigações criminais, também sem a necessidade de ordem judicial.

Nesse último ponto, o decreto que regulamentou o Marco Civil em 2016 garante que a administração pública, mediante determinação judicial, tenha acesso a registros de conexão e dados cadastrais de pessoas ou grupos específicos, que podem ser usados, por exemplo, para saber se um suspeito acessou tal site em determinado dia. Mas os órgãos competentes não podem solicitar dados coletivos e genéricos, como acabou de acontecer na investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco. A pedido da polícia, a Justiça do Rio de Janeiro determinou a quebra de sigilo de todas as pessoas que pesquisaram no Google o nome da vereadora e outras expressões associadas à parlamentar dias antes do assassinato, em março do ano passado. O Google alega que o Marco Civil não autoriza a quebra de sigilo de uma gama de pessoas a partir da mera indicação de palavras-chave pesquisadas.

Três projetos merecem destaque: o do Senado, que dispõe sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos, incluindo multa diária de R\$ 300 mil para o provedor que descumprir uma ordem judicial para retirada desses conteúdos do ar; o da Câmara (PL 1577) que criminaliza o desenvolvimento, a importação, a venda, a cessão, o empréstimo, a disponibilização e/ou o aluguel de aplicativos ou jogos eletrônicos com conteúdo que incite a violência, também pela rede; e outro, da Câmara (PL 2418), que obriga o monitoramento de atividades terroristas e crimes hediondos a provedores de aplicações de **Internet**. Todos motivados por fatos ocorridos entre o período eleitoral e o primeiro trimestre deste ano.

Vale lembrar que o Marco Civil da **Internet** é uma lei principiológica que zela pela liberdade de expressão, a proteção da privacidade e dos dados pessoais, e a preservação da estabilidade, segurança e funcionalidades da rede, incluindo a chamada neutralidade da rede. O artigo 9º do Marco Civil estabelece que "o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação".

Especialistas olham as tentativas de mudança com muito cuidado. Em muitos casos, o perigo de retrocesso é real.

Para comemorar os 5 anos da "Constituição da **Internet**", o InternetLab lançou o especial "**Marco Civil 5 Anos**". Durante todo o mês de abril a entidade publicará entrevistas e debates sobre diferentes temas em que o Marco Civil tocou e produziu efeitos:

**Poder Público e o Marco Civil: as diretrizes** para atuação do Estado trazidas pelo Marco Civil, como as que priorizam os instrumentos de participação,

Continuação: Doze novos projetos de lei tentam mudar o Marco Civil da Internet

universalização de acesso à **internet**, racionalização da gestão pública e transparência; **Princípios** e direitos ligados à **privacidade**, como a exigência de consentimento e de ordem judicial para a entrega de dados de usuários de **internet**; **Violência** de gênero, em especial o impacto da regra do Marco Civil que trata da disseminação não consensual de imagens íntimas; A regra da **neutralidade** da rede trazida pelo Marco Civil; **Direito** autoral: excluído das previsões do Marco Civil da **Internet** nos momentos finais de tramitação, as regras aplicáveis à proteção de **direitos** autorais na **internet** seguiram sendo definidas pelos tribunais, e as novidades no debate

mundial. **Bloqueios** de aplicativos, sanções e aplicação da jurisdição brasileira; **Liberdade** de expressão e o modelo de responsabilização de plataformas de **internet** por conteúdos gerados por seus usuários.

Muito desses conteúdos lançam luz sobre pontos da lei considerados basilares para o futuro da **Internet** no país. E explicam por que muitos dos PLs que tentam alterá-la devem ser acompanhados de perto por toda a sociedade brasileira.

## Por que Startups devem se preocupar com propriedade intelectual?

Na última década é notória a ênfase das seguintes expressões: nanotecnologias, inteligência artificial, biotecnologia, realidade virtual e aumentada, impressoras 3D, blockchain e criptomoedas. Isso porque esses assuntos estão relacionados ao que economistas e acadêmicos chamam de quarta revolução industrial.

Nesse contexto surgiu o ecossistema de inovação, formado por pessoas que buscam desenvolver um novo produto ou serviço em que a comercialização e sucesso são extremamente incertos. No estágio inicial é natural que o empreendedor esteja totalmente focado no core business e negligencie tramites jurídicos e burocráticos, entretanto aqueles que se preocupam com os detalhes desde o início, evitam que no futuro seja apontada uma contingência, dado que a inobservância da legislação pode gerar uma dívida impagável ao jovem empreendedor e dependendo da formatação da Startup atingir o patrimônio dos sócios ou gerar um passivo que irá prejudicar a avaliação da empresa. Para evitar o risco, destaca-se atenção para a constituição jurídica da Startup, aspectos tributários, contratuais e de proteção à **propriedade** intelectual.

No que se refere à **propriedade** intelectual, salienta-se que o maior ativo de uma Startup é a inovação criada por seus fundadores e a **propriedade** intelectual é o que concede ao seu titular a proteção das invenções e criações. Atualmente, na indústria de softwares, existe uma parcela de empreendedores que discute entre proteger a propriedade intelectual ou adotar código aberto; independente do caminho, o empreendedor deverá sempre pensar de forma es-

tratégica, pois uma criação única tem valor e vantagem competitiva no mercado e proteger a propriedade intelectual é a melhor estratégia, uma vez que tornado aberto será praticamente impossível voltar atrás e requerer a proteção da criação.

Outro aspecto é a necessidade de proteção da propriedade industrial que ocorre com o registro no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) e garante ao seu titular o direito de exploração e uso da marca, patente ou desenho industrial. Esses cuidados são importantes no momento de celebração de contratos de cessão de direitos para certeza que de uma pessoa jurídica é a proprietária da invenção, bem como no momento de captação de investidor para se evitar a frustração na realização do negócio por disputas com ex-sócio ou ex-colaborador em torno da propriedade.

Em suma, não se pretende levantar questões que possam burocratizar ou criar custos desnecessários, mas um alerta aos novos empreendedores de uma geração igualmente nova de advogados para um novo direito, que não acorda somente para devorar problemas no café da manhã, se problemas existem é porque o start foi típico de uma postura retrograda e não proativa. A ideia central é apontar os melhores caminhos para o empreendedor desenvolver o seu negócio, revertendo a cultura do litígio e fortalecendo a figura do advogado ao lado do empreendedor como um deal maker.

. Por: Jonathan Vallonis Botelho, Advogado autoralista na Lippert Advogados.

## O CGEN é um dos conselhos extintos pelo novíssimo decreto 9.759 de 11 de abril de 2019?

O atual Governo extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional através do recém-nascido decreto 9.759 de 11 de abril de 2019.

Esclarece o parágrafo único do artigo 1º que estão abrangidos no escopo desta norma, todos os colegiados instituídos por decreto (incluídos aqueles mencionados em leis nas quais não conste a indicação de suas competências ou dos membros que o compõem), ato normativo inferior a decreto e ato de outro colegiado. Além disso, para os efeitos da nova norma, inclui-se no conceito de colegiado: conselhos; comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada ao colegiado.

Com o advento deste decreto 9.759/19, diversos são os colegiados (sejam conselhos ou não) que foram extintos e diversos são aqueles que não há absoluta clareza pela letra da norma, se estão ou não inseridos. Sob nossa ótica é exatamente o caso do CGen (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético).

É importante lembrar que o CGen foi criado pela lei 13.123 de 20 de maio de 2015 com as suas atribuições e paridade já bem definidas, conforme dispõe o seu artigo 6º1.

O decreto 8.772 de 11 de maio de 2016 regulamentou a lei 13.123/15 em diversos aspectos e, um deles, foi a disposição sobre a composição do plenário conforme dispõe o seu artigo 7º2. Numa leitura apressada e considerando que a composição do plenário apenas se concretizou através do decreto 8.772/16, é possível defender que o CGen também está no rol dos extintos.

No entanto e considerando que: a) o CGen foi criado por lei (que por sua vez enfrentou uma longa dis-

cussão no congresso, inclusive com acirrados debates, além de consulta pública); b) que as suas atribuições e paridade foram definidas pela lei 13.123/15 e não pelo decreto 8.772/16; c) as obrigações legais permaneceriam em vigor tanto da lei 13.123/15 como do decreto 8.772/16; d) que o fim repentino do CGen levaria ao verdadeiro caos e insegurança jurídica (nota-se que insegurança jurídica já é uma tônica em alguns aspectos relacionados ao uso do patrimônio genético), queremos crer que não houve por parte do Governo intenção em incluir este específico Conselho no âmbito dos colegiados extintos.

Em suma, há como defender o contrário, mas, salvo melhor juízo e pelas razões acima expostas entendemos que o CGen permanece em pleno vigor, com todas as suas atribuições, inclusive no que tange a apreciação dos diversos termos de compromisso assinados pelos usuários no período prévio a novembro de 2018.

Importante lembrar que o Brasil foi pioneiro na elaboração de um cadastro eletrônico (SISGEN) para que aqueles que fazem acesso ao patrimônio genético possam informar o governo sobre o seu P&D contendo ativos da biodiversidade brasileira. A duras penas (mas ainda com muita discussão sobre aspectos controversos da legislação) houve um avanço e amadurecimento nas discussões dentro do CGen, resultado em resoluções e orientações técnicas bem relevantes para os mais diversos setores (academia, povos e comunidades e indústria).

Interpretar que este conselho foi extinto de um dia para o outro, seria aceitar que não houve qualquer planejamento pelas discussões relacionadas ao tema (que é decisivo para a inovação do país), desrespeitando inclusive a soberania do congresso, que por lei criou o CGen e conferiu a ele diversas atribuições estratégicas.

Continuação: O CGEN é um dos conselhos extintos pelo novíssimo decreto 9.759 de 11 de abril de 2019?

1 Art. 6º Fica criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGen, órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal, responsável por coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios, formado por representação de órgãos e entidades da administração pública federal que detêm competência sobre as diversas ações de que trata esta Lei com participação máxima de 60% (sessenta por cento) e a representação da sociedade civil em no mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros, assegurada a paridade entre: I - setor empresarial; II - setor acadêmico; e III - populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

2 Art. 7º O Plenário do CGen será integrado por vinte e um conselheiros, sendo doze representantes de órgãos da administração pública federal e nove representantes da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma: I - um representante de cada um dos seguintes ministérios: a) Ministério do Meio Ambiente; b) Ministério da Justiça; c) Ministério da Saúde; d) Ministério das Relações Exteriores; e) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; f) Ministério da Cultura; g) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; h) Ministério da Defesa; i) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; j) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e k) Ministério do Desenvolvimento Agrário; II - três representantes de entidades ou organizações do setor empresarial, sendo: a) um indicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI; b) um indicado pela Confederação Nacional da Agricultura -

CNA; e c) um indicado alternativa e sucessivamente pela CNI e pela CNA; III - três representantes de entidades ou organizações do setor acadêmico, sendo: a) um indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; b) um indicado pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA; e c) um indicado pela Academia Brasileira de Ciências - ABC; e IV - três representantes de entidades ou organizações representativas das populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais, sendo: a) um indicado pelos representantes de povos e comunidades tradicionais e suas organizações do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT; b) um indicado pelos representantes de agricultores familiares e suas organizações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf; e c) um indicado pelos representantes de povos e organizações indígenas integrantes do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.

Ciência - SBPC; b) um indicado pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA; e c) um indicado pela Academia Brasileira de Ciências - ABC; e IV - três representantes de entidades ou organizações representativas das populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais, sendo: a) um indicado pelos representantes de povos e comunidades tradicionais e suas organizações do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT; b) um indicado pelos representantes de agricultores familiares e suas organizações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf; e c) um indicado pelos representantes de povos e organizações indígenas integrantes do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.

Continuação: O CGEN é um dos conselhos extintos pelo novíssimo decreto 9.759 de 11 de abril de 2019?

---

Luiz Ricardo Marinello

\*Luiz Ricardo Marinello é mestre em Direito pela PUC/SP, coordenador adjunto da Comissão de Transferência e Tecnologia e Franquias da **ABPI**, sócio de Marinello Advogados.



## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3

**Propriedade Intelectual**

5

**Marco regulatório | INPI**

5

**ABPI**

6